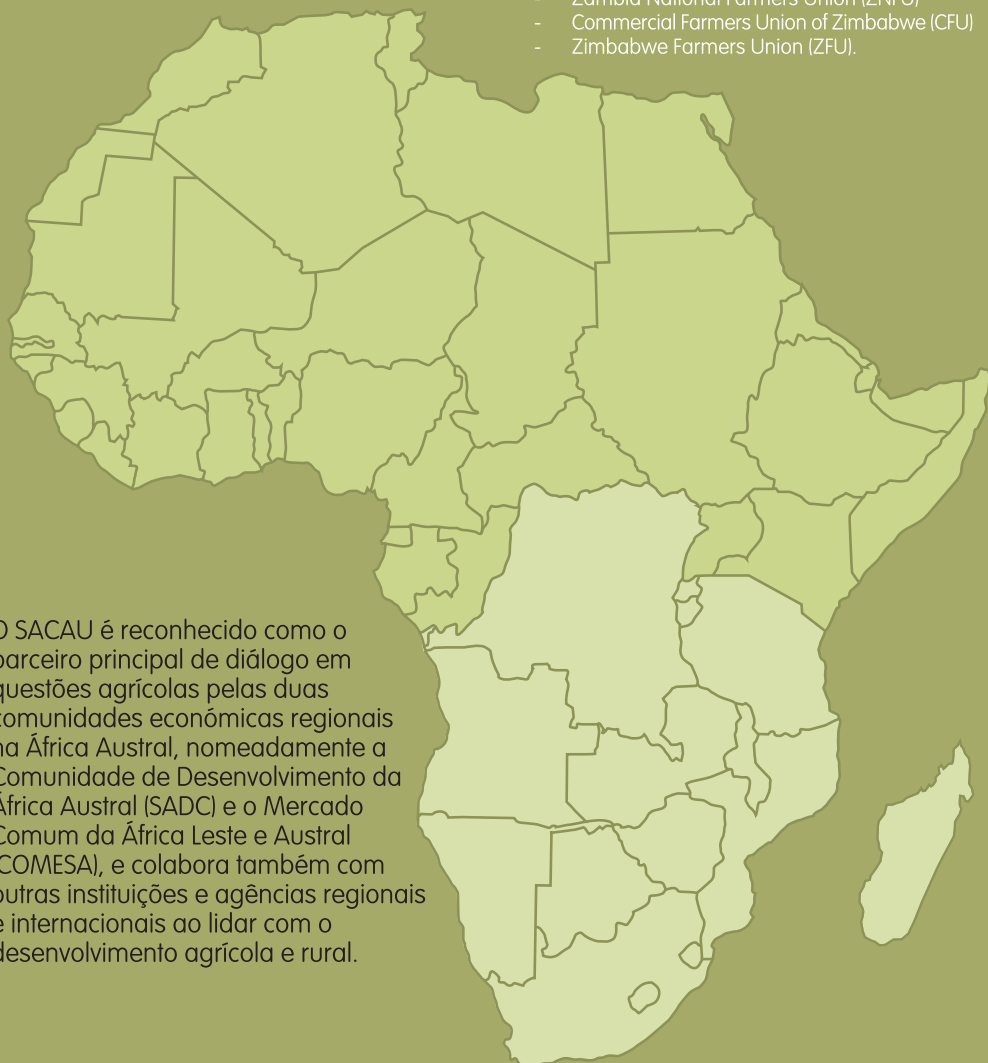
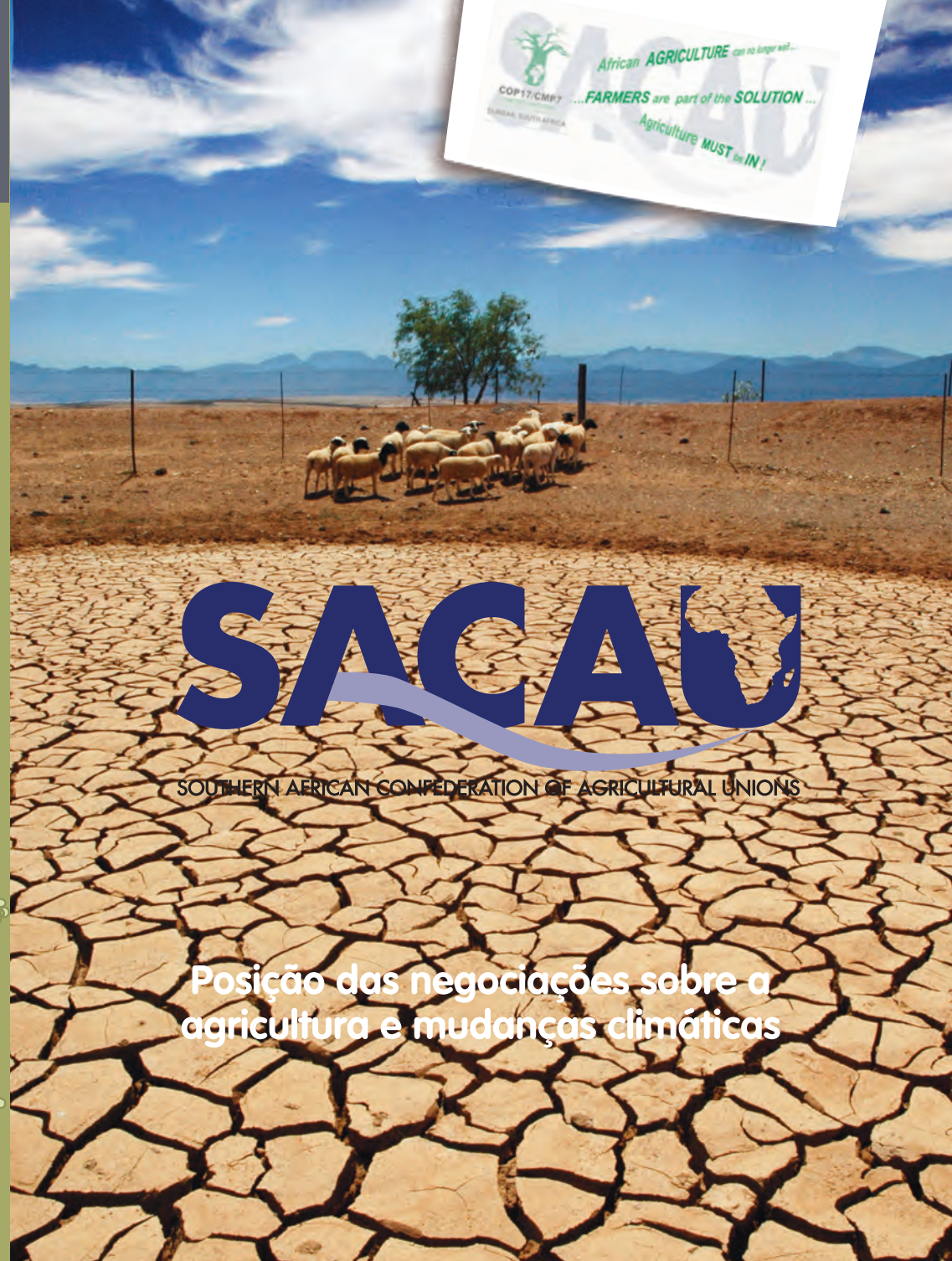


A Confederação de Sindicatos de Agricultores da África Austral (Southern African Confederation of Agricultural Unions -SACAU) é uma organização baseada na associação de membros e representa os interesses dos agricultores da África Austral. A sua associação principal está aberta a sindicatos nacionais de agricultores baseados na região. A organização conta atualmente com 16 membros principais dos 12 países da África Austral:

- Botswana Agricultural Union (BAU)
- Lesotho National Farmers Union (LENAFU)
- Coalition Paysanne de Madagascar (CPM)
- Confédération des Agriculteurs Malagasy (FEKRITAMA)
- Farmers Union of Malawi (FUM)
- National Smallholder Farmers' Association of Malawi (NASFAM)
- União Nacional de Camponeses (UNAC)
- Namibia Agricultural Union (NAU)
- Namibia National Farmers Union (NNFU)
- Seychelles Farmers Association (SEYFA)
- Agri-South Africa (AgriSA)
- Swaziland National Agricultural Union (SNAU)
- Agricultural Council of Tanzania (ACT)
- Zambia National Farmers Union (ZNFU)
- Commercial Farmers Union of Zimbabwe (CFU)
- Zimbabwe Farmers Union (ZFU).



O SACAU é reconhecido como o parceiro principal de diálogo em questões agrícolas pelas duas comunidades econômicas regionais na África Austral, nomeadamente a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e o Mercado Comum da África Leste e Austral (COMESA), e colabora também com outras instituições e agências regionais e internacionais ao lidar com o desenvolvimento agrícola e rural.



Posição das negociações sobre a agricultura e mudanças climáticas

POSIÇÃO DAS NEGOCIAÇÕES SOBRE A AGRICULTURA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O QUE SEGUE DEFINE A POSIÇÃO DOS AGRICULTORES DA ÁFRICA AUSTRAL REPRESENTADOS PELA CONFEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE AGRICULTORES DA ÁFRICA AUSTRAL (SACAU), COM RESPEITO A NEGOCIAÇÕES SOBRE A AGRICULTURA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA 17ª SESSÃO DA CONFERÊNCIA DE PARTIDOS (COP17) PARA O CONGRESSO SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DO QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFCCC).¹

PREÂMBULO

Sublinhando o papel da agricultura como o alicerce principal das economias da maioria dos países africanos, e o seu contributo significativo para a segurança alimentar, emprego, sustento e redução de pobreza para milhões de agregados familiares no continente;

Reconhecendo que alimentar uma população em rápido crescimento sob mudanças climáticas é um grande desafio;

Observando que a agricultura é o sector mais sensível e o mais vulnerável às alterações climáticas;

Observando que as previstas áreas críticas de mudanças climáticas coincidem com as áreas onde a segurança alimentar já é um grande problema;

Observando os graves impactos que a mudança climática está tendo na agricultura, nos meios de subsistência rural e nas economias da África Austral, especialmente na produção das principais culturas alimentares, pecuária e pescas, e expressando preocupação de que estes estão previstos a piorar no futuro;

Observando que os pequenos estados insulares na África Austral enfrentam específicos impactos da mudança climática;

Sublinhando os altos níveis de vulnerabilidade entre os agricultores em África, especialmente as mulheres e jovens agricultores, sua falta de bens, tecnologias e capacidades, para poderem enfrentar e se adaptar às mudanças climáticas;

Reconhecendo que, sem adaptação contínua e medidas de mitigação, e a tecnologia e financiamento para apoiá-los, os objetivos da segurança alimentar e redução da pobreza não serão cumpridos e os progressos realizados no desenvolvimento económico podem ser prejudicada no continente;

Reconhecendo o potencial da agricultura de clima inteligente para contribuir para a segurança alimentar, adaptação e mitigação, as ligações estreitas entre estes três objectivos e a sua contribuição para o desenvolvimento, e a necessidade de enfrentá-los em conjunto;

Enfatizando o papel dos agricultores na gestão da administração de paisagens que incluem florestas e outros ecossistemas, e, portanto, a necessidade de colocá-los no centro dos esforços para responder às mudanças climáticas;

Observando com preocupação o contributo significativo das atividades não agrícolas nas mudanças climáticas;

Reconhecendo os esforços para formular quadros e mecanismos para gerir respostas às mudanças

climáticas no continente, incluindo o financiamento das mudanças climáticas (por exemplo, Fundo Verde Africano, AUC / NPCA quadro de mudanças climáticas e agrícola);

Expressando preocupação com a ausência da agricultura no atual texto acordado do UNFCCC especialmente devido à ligação do setor agrícola aos combustíveis de porão nas negociações e questões comerciais relacionadas;

Expressando preocupação com a possibilidade de não haver um acordo vinculativo depois da expiração do Protocolo de Quioto; e

Reiterando a importância de conduzir as negociações no COP17, em Durban, em conformidade com os princípios universalmente aceites de igualdade e responsabilidades comuns, mas diferenciadas e as respectivas capacidades;

Os agricultores da África Austral decidem por este meio:

1. Pedir um texto protegido para a agricultura nas negociações do UNFCCC, na visão comum de Ação Cooperativa a Longo Prazo (LCA);
2. Defender especialmente que a agricultura seja desassociada dos combustíveis de porão e que questões comerciais relacionadas sejam tratadas separadamente no âmbito das negociações comerciais internacionais;
3. Pedir um programa de trabalho para a agricultura no âmbito do Conselho Subsidiário de Assessoramento Científico e Técnico (SBSTA) que cobre tanto a adaptação como a mitigação para maximizar as sinergias e se opor a trocas entre os dois, informado pela ciência e com o alvo principal de atender às necessidades de agricultores nos países em desenvolvimento;
4. Pedir arranjos vinculativos no regime pós Quioto;
5. Defender a racionalização de quaisquer medidas de mitigação e alvos necessários à agricultura a fim de não comprometer a produtividade e metas de segurança alimentar, e mais amplamente, a sustentabilidade do crescimento e desenvolvimento;
6. Defender os sistemas de contabilidade do Gases de Efeito de Estufa (GEE) na agricultura, que combinam a contabilidade baseada na área com contabilidade baseada em eficiência;
7. Instar com os países do Anexo 1 a honrar as promessas por eles feitas para financiar a adaptação e mitigação nos países em desenvolvimento e reiterar que eles se comprometem a um novo, adicional e previsível apoio financeiro;
8. Instar com a comunidade global para fornecer recursos para apoiar iniciativas em África e estruturas para responder às mudanças climáticas climáticas;
9. Pedir a alocação adequada de recursos do Fundo Verde de Clima à agricultura e defender a participação de Organizações de Agricultores nos corpos governantes do Fundo;
10. Defender o desenvolvimento de novas formas inovadoras de financiamento para a adaptação e mitigação de mudanças climáticas;
11. Pedir a simplificação dos mecanismos de financiamento postos em prática no âmbito da UNFCCC, especialmente o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), para os tornar acessíveis aos agricultores;
12. Pedir a governação transparente e inclusiva de recursos financeiros de clima no futuro;
13. Instar com a comunidade internacional para apoiar programas de ação precoces que integram a adaptação e a mitigação na agricultura, através de instituições e programas regionais e nacionais;
14. Pedir a inclusão da agricultura no Mecanismo de Tecnologia estabelecido por negociações climáticas globais para facilitar a ação reforçada em matéria de desenvolvimento e transferência de tecnologia nos países em desenvolvimento;
15. Afirmar o seu compromisso com os resultados das negociações climáticas globais, que não agravam os atuais níveis de emissões de GEE ou comprometem a contribuição do sector agrícola para a subsistência, o crescimento sustentável e o desenvolvimento agora e no futuro.

¹ Posição endossada pelas seguintes organizações : ACT (Tanzânia), Agri-SA (África do Sul), BAU (Botsuana), CFU (Zimbábue), CPM (Madagáscar), Fekritama (Madagáscar), FUM (Malawi), MCA (Maurício), NASFAM (Malawi), NAU (Namíbia), NNFU (Namíbia), LENAFU (Lesoto), SEYFA (Seicheles), SNAC (As Comores), SNAU (Suazilândia), UNAGRICO (RDC), ZNFU (Zâmbia), ZFU (Zimbábue).